

NOTÍCIAS

300 | Janeiro 2024 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

CAP CONSEGUE REPOSIÇÃO DOS PAGAMENTOS CORTADOS AOS AGRICULTORES



O Governo, através do primeiro-ministro, assumiu com a CAP o compromisso de efetuar o pagamento integral dos montantes cortados aos agricultores nos apoios à Agricultura Biológica e à Produção Integrada, no âmbito dos Ecoregimes do PEPAC.

No dia 25 de janeiro, o pagamento do IFAP chegou aos agricultores atrasado e com cortes de 25% na Produção Integrada e 35% na Agricultura Biológica, uma situação inacreditável e incompreensível, que levou a CAP a exigir ao Chefe do Governo soluções concretas que conduzissem à reversão da situação.

Forçando uma via negociada, a CAP conseguiu o reconhecimento do primeiro-ministro para as legítimas expectativas dos agricultores, traduzido no empenho de António Costa para disponibilizar os cerca de 60 milhões devidos aos agricultores. Clarificando o acordado com a Confederação no dia 30 de janeiro, reafirma-se o compromisso do primeiro-ministro de:

- Pagamento integral a todos os agricultores, sem qualquer corte, dos Ecoregimes tanto de Produção Biológica como de Produção Integrada, mediante a apresentação imediata do pedido de

autorização à Comissão Europeia uma vez que se referem a ajudas do 1º pilar da PAC.

- Dar início à revisão do PEPAC para que situações como esta não se repitam na campanha de 2024, ficando agendada a primeira reunião com a CAP para 5 de fevereiro.

Estas são as medidas que a CAP conseguiu para repor a justiça na gestão das verbas da Política Agrícola Comum, depois de mais este exemplo de incompetência e irresponsabilidade da ministra da Agricultura.

A CAP sublinha que os “440 milhões” que a Maria do Céu Antunes e o ministro das Finanças Fernando Medina anunciaram em conferência de imprensa na tarde de 1 de fevereiro são uma mera repetição de anúncios feitos anteriormente, de verbas já acordadas e de verbas hipoteticamente para 2025 (!), e representam um pacote de apoios “virtual”. Decidida a gastar o pouco tempo que lhe resta no cargo a empatar os agricultores, Maria do Céu Antunes mostra mais uma vez o quanto está contrariada no cargo e o muito que desconsidera todo o setor. “Esta ministra da Agricultura não tem palavra”, acusa Luís Mira, secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal.

Índice

- CAP e SETAAB atualizam salários do sector
- Medidas do Governo para seca no Algarve e Alentejo
- AD vence eleições nos Açores
- Comissão recua na redução de fitofármacos
- Novo Fórum para Futuro da Agricultura da UE
- Bélgica preside ao Conselho da União Europeia
- Camélia-japoneira é árvore portuguesa do Ano
- Colheita de pinhas até a 31 de março
- Casa do Douro recua ao estatuto de associação pública
- GNR recuperou mais de 45 toneladas de produtos
- Proposta para proteção dos animais durante o transporte
- Portugal Sou Eu! Quinta da Atela recebe gala de Abertura da «Cidade do Vinho 2024»

& escrito

“Não podemos gastar milhares de milhões de euros da PAC para produzir com todas as exigências [ambientais] e deixarmos entrar pela porta dos fundos produtos não sujeitos às mesmas exigências.”

Gabriela Ventura
Gestora do PRODER
Público, 06/02/2024

“O populismo alimenta-se da demagogia e da incompetência de quem nos governa. Infelizmente, isso não tem faltado na pasta da Agricultura.”

Domingos dos Santos
Presidente da FNOP
Expresso, 02/02/2024

“Os nossos agricultores acabaram de sofrer um corte de 35% nos apoios às medidas agroambientais porque o Governo inscreveu uma área mais pequena do que a existente: candidataram-se 290 mil hectares quando estavam previstos 10 mil, um erro crasso com custos tremendos.”

Luís Mira
Secretário-Geral CAP
Expresso, 02/02/2024

“O que se passa no Algarve e que vai alastrar a outras zonas do País, é uma vergonha nacional. Era uma questão de tempo até acontecer o desastre que o país enfrenta com a questão da falta de água em determinadas regiões e em determinadas épocas. Foram inúmeros os alertas, sucessivamente ignorados.”

Eduardo Oliveira e Sousa
Observador, 18/01/2024

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Eduardo Oliveira e Sousa lidera lista da AD por Santarém

Eduardo Oliveira e Sousa aceitou o convite do presidente do PSD, Luís Montenegro, para integrar as listas da nova Aliança Democrática (AD) como candidato independente e cabeça de lista por Santarém.

O engenheiro agrónomo, que foi presidente da CAP entre 2017 e 2023, garante que será uma voz activa no Parlamento onde poderá representar os agricultores e defender a Agricultura nacional com conhecimento de causa e

o sentido de missão que o caracterizam sempre que abraça estes compromissos.

Presente na ‘Convenção por Portugal’ organizada pela AD no Estoril a 21 de janeiro, Eduardo Oliveira e Sousa proferiu um discurso de maior investimento no mundo rural e de valorização do Ministério da Agricultura. Apontando que o país “não tem conseguido definir uma visão de futuro”, Oliveira e Sousa anunciou ter a promessa do líder do PSD de que, “quando for primeiro-ministro,

as florestas vão voltar para o Ministério da Agricultura, de onde nunca deviam ter saído”. Nesta sua primeira grande intervenção como candidato, Oliveira e Sousa não esqueceu as questões da Água e da Seca, nem as dificuldades e cortes que enfrentam os agricultores do Algarve.

A nova Aliança Democrática é constituída pelos três partidos: PSD, CDS-PP e PPM, tal como a versão de 1979-1983, e apresentar-se-á às eleições legislativas e também às eleições europeias.



Medidas do Governo para enfrentar seca no Algarve e Alentejo



Em novembro último, o vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, José Pimenta Machado, considerou publicamente que a situação de seca vivida no Algarve “é a pior de sempre” e que a manter-se este cenário “pode ser necessário impor limites ao consumo” no início do ano. Recentemente, depois da APA ter chegado a falar em cortes de 70% no abastecimento de água ao sector agrícola, o Governo reuniu em Faro a Comissão Permanente para a Seca e anunciou um conjunto de medidas para enfrentar a seca no Algarve e Alentejo.

As medidas apresentadas a 18 de janeiro podem ser divididas em duas categorias: as de curto prazo que compreendem reduções do abastecimento no Algarve - 15% no consumo e no turismo e 25% na agricultura -, e aquelas sem data de execução, anunciadas como estruturais e financiadas com recurso ao Plano de Recuperação e Resiliência, como, por exemplo: Construção de uma dessalinizadora em Albufeira, Redução de perdas no setor urbano, Redução de perdas nos perímetros hidroagrícolas, entre outras.

RESUMO DAS MEDIDAS URGENTES:

ALGARVE

Reduzir, em 15%, o consumo urbano na região face ao ano anterior.

Reduzir, em 25%, os consumos que compreende:

- Reduzir em 50%, o volume titulado para rega no perímetro hidroagrícola do Sotavento (a redução na captação superficial vai ser compensada pela reativação de furos em zonas em que os aquíferos não estejam em situação crítica e também pela Água para Reutilização);
- Reduzir, em cerca de 40%, o volume utilizado para rega a partir da albufeira do Funcho face à campanha de rega homóloga;
- Reduzir, em 15%, a captação de água subterrânea para rega.

Reduzir, em 15%, o consumo nos empreendimentos turísticos;

Reduzir, em 15%, a captação de água subterrânea.

ALENTEJO

Confirmada a adjudicação da ligação da Barragem do Monte da Rocha a Alqueva.

Fonte: Comunicado do Governo, 18/01/2024

Novo Fórum para Futuro da Agricultura UE



No dia 25 de janeiro, enquanto os protestos dos agricultores europeus ganhavam força e se encaminhavam para o centro de Bruxelas, a presidente da Comissão Europeia anunciou o novo «Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura», um fórum mandatado para definir uma visão partilhada para o futuro do sistema agrícola e alimentar da União Europeia. Anunciado em setembro durante o Discurso do Estado da União 2023, este fórum pretende

abordar desafios como o estabelecimento de um nível de vida equitativo para os agricultores e as comunidades rurais, apoiando a agricultura dentro dos limites do planeta e dos seus ecossistemas, explorando as enormes oportunidades oferecidas pelo conhecimento e pela inovação tecnológica e promovendo um futuro próspero para o sistema alimentar da UE num mundo competitivo.

“Chegou o momento de forjar um novo consenso sobre a alimentação e a agricultura entre os agricultores, as comunidades rurais e todos os outros intervenientes na cadeia agroalimentar da UE. Os agricultores e a indústria alimentar da UE fornecem aos nossos cidadãos alimentos saudáveis e de elevada qualidade e dão um contributo central para a nossa economia, em especial nas zonas rurais. Estão também a fazer um enorme esforço para contribuir para as nossas transições ecológica e digital coletivas. Mas, ao mesmo tempo, são confrontados com uma vasta gama de desafios, que vão desde as alterações climáticas à inflação e aos impactos voláteis no mercado. Com este diálogo estratégico, estamos a criar um fórum para apresentar uma visão clara para o futuro, em benefício de todos”, afirmou Ursula von der Leyen.

Comissão anuncia recuo na redução de fitofármacos

A presidente da Comissão Europeia anunciou em Estrasburgo que vai retirar a proposta para reduzir em metade a utilização e os riscos dos produtos fitofarmacêuticos químicos em toda a UE até 2030 (em comparação com o período 2015-2017).

“A Comissão propôs a Diretiva Utilização Sustentável dos Pesticidas com o objetivo meritório de reduzir os riscos dos produtos fitofarmacêuticos químicos, mas a proposta tomou-se um símbolo de polarização pelo que vou propor ao colégio que retire esta proposta”, anunciou Ursula von der Leyen.

O Pacto Ecológico Europeu e o excesso de diretrizes e restrições ambientais têm sido unanimemente apontados como um dos maiores obstáculos da atual Política Agrícola Comum em todos os protestos que têm alastrado em diferentes Estados-membros da União Europeia. Segundo os dados apurados pelo ACLED (Armed Conflict Location & Event Data Project) registaram-se 1600 protestos de agricultores em 22 Estados-membros desde novembro do ano passado, 40% do total durante o mês de janeiro de 2024, com destaque para Alemanha, França, Bélgica, Países Baixos e Polónia.

Ao tomar esta decisão, Ursula von der Leyen reconhece que a proteção da natureza “para ser bem sucedida” precisa de ser baseada em incentivos. “Só se atingirmos juntos os nossos objetivos climáticos e ambientais é que os agricultores poderão continuar a ganhar a vida. Os nossos agricultores estão bem cientes disso e deveríamos confiar mais neles”, adiantou a presidente da Comissão Europeia.

AD vence eleições nos Açores

As eleições regionais nos Açores, que se realizaram no dia 4 de fevereiro, deram a vitória ao PSD (em coligação com o CDS e o PPM) que assim regressou à posição de força política mais votada, situação que não acontecia desde 1992, últimas eleições de João Bosco Mota Amaral.

Presente em Ponta Delgada, Luis Montenegro cumprimentou os açorianos e elogiou o líder do PSD-Açores, José Manuel Boleiro, pelo trabalho que permitiu o regresso às vitórias e que, de certa forma, antecipa de forma auspiciosa as eleições legislativas no continente dentro de um mês.

Face aos resultados de 2020, o Partido Socialista foi o grande derrotado destas eleições antecipadas regionais, tendo perdido dois deputados, tal como o Bloco de Esquerda que perdeu um dos dois deputados que detinha. Em sentido contrário, o Chega reforçou a sua posição de terceira força política mais votada, aumentando para 5 os deputados na Assembleia Regional.

Dos 230 mil eleitores inscritos apenas votaram 49,6 %, ainda que a abstenção tenha sido menor do que em 2020 (54,6%).

Partidos/Coligações	Votos (%)	Deputados
PSD/CDS/PPM	42,0	26
PS	35,9	23
CHEGA	9,19	5
IL	2,15	1
BE	2,54	1
PAN	1,65	1

Bélgica preside ao Conselho da União Europeia

A 1 de janeiro de 2024 a Bélgica assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia para o último mandato deste ciclo antes das eleições europeias de junho.

A Bélgica assume a Presidência rotativa do Conselho pela 13ª vez, prosseguindo o trabalho da presidência espanhola, que a antecedeu, e preparando o testemunho para a Hungria que lhe sucederá.

Sob o lema “Proteger. Reforçar. Preparar”, a Bélgica anunciou que vai centrar a sua Presidência em seis domínios temáticos:

- defender o Estado de direito, a democracia e a unidade
- reforçar a competitividade
- prosseguir uma transição ecológica e justa
- reforçar a agenda social e sanitária
- proteger as pessoas e as fronteiras
- promover uma Europa global

A Bélgica exercerá a Presidência durante o primeiro semestre de 2024, coincidindo com o fim do atual ciclo institucional. Em junho vão realizar-se as eleições europeias que vão estar na origem de uma nova composição no Parlamento Europeu e uma nova equipa de comissários à frente da Comissão.

Acompanhe a Presidência em:

<https://belgian-presidency.consilium.europa.eu>





TREE OF THE YEAR 2024 Camélia-japoneira é a candidata portuguesa

A Camélia-japoneira dos jardins centenários da Villa Margaridi, em Guimarães, foi a vencedora do concurso nacional e está agora em competição, até 22 de fevereiro, pelo título de Árvore Europeia de 2024.

A votação Tree of the Year decorre entre as árvores vencedoras dos concursos nacionais da Bélgica, Croácia, Chéquia, Eslováquia, Espanha, Estónia, França, Itália, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido e Ucrânia. A votação é secreta e online em <https://www.treeoftheyear.org/vote>. Portugal está representado na competição internacional pela Camélia-japoneira dos jardins da Villa Margaridi, vencedora da 7ª edição do concurso nacional. Este exemplar da arte de topiária com 300 anos venceu a edição deste ano com 3.900 votos.

Representante da história portuguesa e das relações comerciais entre Portugal e o Japão, a introdução desta espécie exótica em território nacional ocorreu através dos marinheiros das naus dos descobrimentos que traziam e levavam sementes de diferentes espécies entre os vários portos do Mundo.

Em Portugal, pelo segundo ano consecutivo, a vencedora foi uma árvore estritamente ornamental. Este exemplar foi considerado de interesse público pelo Despacho n.º 837/2022, devido a um conjunto de elementos. Desde logo o seu desenho em forma de campânula, com 6,30 metros de diâmetro e 6,15 metros de altura, mas também a confirmação de ser um exemplar centenário ligado à construção e manutenção dos jardins desde o final do século XVII, e pelo significado paisagístico enquanto elemento de referência no enquadramento do tanque situado no terreiro frontal à Casa de Margaride, também ela classificada como monumento de interesse público.

Em Portugal a votação decorreu entre 10 candidatas, num total de 24.758 votos registados, o mais elevado desde que o concurso nacional se realiza. Os resultados finais da votação foram:

1. Camélia-japoneira | Guimarães, Braga|3.900 votos
2. Sobreiro do Rei | Mafra, Lisboa|3.075 votos
3. Oliveira do Peso | Pedrogão, Vidigueira|2.988 votos
4. Árvore Grande | Alijó, Vila Real
5. Azinheira de Alportel | São Brás de Alportel, Faro
6. Sobreiro da Quebrada | Lugar da Quebrada, Arcos de Valdevez
7. Cedro Gigante | Vila Real
8. Gingko Biloba | Mafra, Lisboa
9. Magnólia do Palácio | Mangualde, Viseu
10. Oliveira do Mouchão | Abrantes, Santarém

Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Beneficie deste serviço e informe-se!
Contacte-nos!

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

R. Mestre Lima dos Freitas, nº1
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000

Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Colheita de pinhas decorre até a 31 de março



dezembro, a apanha de pinha mansa é permitida até ao dia 31 de março, sendo obrigatória a comunicação prévia ao ICNF através do SiP - Sistema de informação da Pinha.

O regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinca* L. em território continental (Decreto-Lei n.º 77/2015) aplica-se aos produtores e outros operadores económicos envolvidos ao longo do circuito económico.

São considerados operadores económicos qualquer entidade singular ou coletiva, pública ou privada, que "prepara e desenvolve atividades ou operações inerentes à colheita de pinhas da espécie *Pinus pinca* L. (pinheiro -manso), de importação, de exportação, de transporte, armazenamento ou de transformação das mesmas, ou de colocação no mercado de produtos seus derivados".

A colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas estão sujeitos a comunicação prévia obrigatória ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com exceção para quantidades destinadas a autoconsumo até 10 quilogramas. Esta comunicação ou «Declaração de pinhas», é submetida por via eletrónica, através do Sistema de Informação da Pinha de Pinheiro-manso (SiP).

Ao longo do circuito económico desde a colheita e até à exportação, à extração do pinhão ou outra transformação do fruto, os operadores económicos devem transmitir ao adquirente sucessivo ou outro detentor legítimo, um exemplar da declaração de pinhas correspondente e todas as que comprometem as transmissões anteriores. Desta forma, quem transporta, armazena ou exporta pinhas de pinheiro -manso, deve exigir no ato da sua receção, a entrega de um exemplar de todas as declarações emitidas ao longo de todo o circuito económico e conservá-las em bom estado e pelo período de três anos.

CAP e SETAAB atualizam salários do sector



A CAP e o SETAAB (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins) acordaram a atualização do Contrato Coletivo de Trabalho que inclui a atualização da tabela salarial mensal, horária e diária, subsídio de refeição e valor do Km aplicáveis ao setor agrícola em 2024.

Os valores salariais acordados terão aplicação a partir de 1 de janeiro de 2024 e são os que constam das tabelas indicadas (Remunerações Mensais, Horárias e Diárias), começando no valor do salário mínimo (nível 5) instituído para 2024 para o território continental, que é de 820,00 euros. O subsídio de refeição foi atualizado para 4,80 €/dia e as diuturnidades mantêm-se em 9,25€/cada. O valor do Km passa a ser de 0,40 euros.

O texto foi enviado de imediato para publicação no Boletim de Trabalho e Emprego.

ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL, CATEGORIAS PROFISSIONAIS E TABELA DE REMUNERAÇÕES MÍNIMAS (Euros)

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações Mínimas Mensais
1	Técnico(a) Superior	975,00
2	Técnico(a) de Produção Agropecuária Técnico(a) de Máquinas Florestais Técnico(a) Vitivinícola Técnico(a) de Recursos Florestais e Ambientais Técnico(a) de Jardinagem e Espaços Verdes Técnico(a) de Gestão Equina Técnico(a) de Qualidade Técnico(a) Administrativo(a) Técnico(a) de Manutenção Encarregado(a) de Exploração	923,00
3	Adeguieiro(a) Encarregado(a) de Armazém Operador(a) Agrícola Operador(a) Florestal Operador(a) Pecuário(a) Operador(a) Apícola Operador(a) de Rega Operador(a) de Jardinagem e Espaços Verdes Operador(a) de Máquinas Agrícolas Aplicador(a) de Produtos Fitofarmacêuticos e de Aduos Motosserrista Assistente Administrativo(a) Tratador(a) / Desbastador(a) de Equinos Tratador(a) de Animais em Cativeiro Pastor(a)	875,00
4	Rececionista Telefonista Operador(a) de Armazém Vendedor(a) Motorista	830,00
5	Calibrador(a) de Ovos Trabalhador(a) Agrícola Trabalhador(a) Avícola Trabalhador(a) de Limpeza Jardineiro(a) Ajudante de Armazém Estagiário(a)	820,00

TABELAS SAZONAIS

Remuneração mínima diária (Euros)*

Categorias	Valor DIA	Proporcional FÉRIAS	Proporcional Subsídio FÉRIAS	Proporcional Subsídio NATAL	TOTAL
Nível 3	48,63	2,40	2,40	2,40	55,83
Nível 4	43,19	2,27	2,27	2,27	50,01
Nível 5	39,62	2,24	2,24	2,24	46,34

* A Remuneração Mínima Diária aqui prevista não se aplica ao Trabalhador(a) Avícola previsto neste CCT

Remuneração mínima horária (Euros)

Categorias	Valor HORA	Proporcional FÉRIAS	Proporcional Subsídio FÉRIAS	Proporcional Subsídio NATAL	TOTAL
Nível 3	6,08	0,30	0,30	0,30	6,98
Nível 4	5,40	0,28	0,28	0,28	6,25
Nível 5	4,95	0,28	0,28	0,28	5,79

PS, PCP e BE fazem Casa do Douro reuçar ao estatuto de associação pública

Privatizada em 2014, a Casa do Douro volta este ano ao estatuto de associação pública de inscrição obrigatória pela mão da esquerda parlamentar. A restauração da Casa do Douro como associação pública de inscrição obrigatória foi aprovada na generalidade com os votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, Livre e do deputado social-democrata Artur Soveral de Andrade, com a abstenção do PSD, e os votos contra do Chega, Iniciativa Liberal e do deputado socialista Capoulas Santos.

Problemas financeiros e uma dívida superior a 160 milhões de euros levaram o Governo do PSD/CDS a privatizar a organização centenária, tendo os estatutos sido alterados para 'associação com gestão privada e inscrição facultativa'. A gestão foi posteriormente entregue, após concurso público, à Federação Renovação Douro.



A partir de 2015, os sucessivos governos do PS procuraram reverter esta decisão tendo a 'reinstucionalização' da Casa do Douro merecido em 2019 o veto do Presidente da República, com a recomendação de "reflexão adicional" sobre os "contornos concretos, em particular o exercício de funções reservadas a entidades patronais e sindicais".

Em 2023 o processo regressou à Assembleia da República e, em março, foram aprovados os diplomas do PS, PCP e BE para restauração da Casa

do Douro como associação pública, com votos a favor dos deputados do PS, PCP, BE, PAN e Livre, e a abstenção do PSD, e os votos contra do Chega e IL.

O texto foi posteriormente aprovado pela Comissão de Agricultura e pelo Parlamento.

A nova lei entrará em vigor 60 dias após a sua publicação, 120 dias depois da entrada em vigor é divulgada a portaria do Ministério da Agricultura a anunciar o regulamento eleitoral e 240 dias depois realizar-se-ão as eleições.

UE: Proteção dos animais durante o transporte

A Comissão Europeia publicou uma proposta de Regulamento da proteção de animais durante o transporte, que altera o Regulamento do Conselho 1255/97 e substitui o Regulamento do Conselho 1/2005. Destacamos alguns dos pontos-chave:

- limite de um tempo máximo de viagem de 9 horas para animais destinados ao abate;
- aumento da idade mínima para o transporte de animais jovens (vitelos, leitões, cordeiros e cabritos) para distâncias superiores a 100 km;
- redução do tempo de transporte, impondo paragens e descarga dos animais, nas viagens mais longas, para descanso e alimentação;
- limitação do transporte quando se registem temperaturas elevadas, nomeadamente restringir as deslocações ao período noturno sempre que a temperatura exceda os 30°C;
- novas regras quanto ao espaço mínimo e altura que cada animal deve dispor, em função do peso e da espécie;
- maior controlo sobre o transporte de animais vivos para fora da União Europeia;
- período de adaptação às novas normas será de 5 anos.

GNR recupera mais de 45 toneladas de produtos



Entre 26 de junho e 31 de dezembro de 2023, a Guarda Nacional Republicana pôs em marcha a Operação Campo Seguro intensificando o patrulhamento, fiscalização e sensibilização nas explorações agrícolas e florestais em todo o território nacional, no intuito de prevenir a criminalidade em geral e os furtos em particular, bem como possíveis situações de tráfico de seres humanos. Durante a Operação Campo Seguro foram realizadas 3.108 ações de informação e sensibilização junto das comunidades rurais, em particular junto dos agricultores, sobre medidas de prevenção de ilícitos criminais, nomeadamente sobre furto de produtos agrícolas, furto de cobre e outros metais não preciosos, situações de exploração em contexto laboral relacionadas com o Tráfico de Seres Humanos (TSH) e ainda, para a utilização segura de veículos agrícolas e florestais. No balanço da Operação, a GNR confirma a realização de um total de 3.087 ações de patrulhamento e 1.327 ações de fiscalização, as quais culminaram na deteção de 122 pessoas e na identificação de outras 299 maioritariamente por crimes de furto nas explorações agrícolas.

Destaca-se a apreensão e recuperação dos seguintes produtos:

DISTRITOS	Castanha	Azeitona	Cortiça	Alfarroba	Abacate	Pinha mansa
Beja		39.719	710			
Bragança	797					
C. Branco		35				
Évora		3.398				
Faro		107		1.350	134	
Lisboa						234
Portalegre		962				
Santarém			15			
Setúbal						102
TOTAL	797	44.221	725	1.350	134	336

Fonte: GNR

Para garantir que as diversas campanhas agrícolas decorrem num clima de segurança, a GNR continuará a desenvolver ações de policiamento de proximidade e de fiscalização, com militares de diferentes valências, nomeadamente, dos Comandos Territoriais, do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), da Unidade de Segurança e Honras de Estado e da Unidade de Ação Fiscal ao longo de todo ano de 2024.



Quinta da Atela recebe Gala de Abertura da "Cidade do Vinho 2024"

Alpiarça, Almeirim, Cartaxo e Santarém receberam o título "Cidade do Vinho 2024", e a Gala de Abertura desta iniciativa, que se realizou no dia 27 de janeiro, decorreu na Quinta da Atela, localizada no Município de Alpiarça e aderente ao Portugal Sou Eu desde 2020. Esta é a primeira vez que a região do Tejo tem uma Cidade do Vinho, designação atribuída anualmente pela AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho.



N. AGROCLIMA

1. Avaliar as Emissões de Gases Efeito Estufa de Práticas Agrícolas
2. Avaliar o Sequestro de Carbono das Medidas Agroambientais

O projeto pretende colmatar uma deficiência de conhecimento sobre o verdadeiro impacto climático da agricultura em Portugal e do seu potencial para mitigar emissões.

O projeto combina duas abordagens complementares:

- (1) medição do impacto de práticas agrícolas como mobilização, uso de fertilizantes, uso de culturas de cobertura, enovelamento de entrelinha e gestão de pastagem nas emissões de metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) numa rede de sete explorações agrícolas
- (2) avaliação do sequestro de carbono associado às medidas agroambientais 7.1 Agricultura Biológica; 7.2 Produção Integrada; 7.4 Conservação do Solo; e 7.7.2 Pastoreio Extensivo - Montados

Financiamento:



#Construir o Futuro

Parceiros:

